

15 de Junho 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 213  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



### SEGUNDO A AHRA

## Hotéis permanecem vazios

Se os restaurantes já registam fluxos de clientes na ordem dos 30 a 45%, segundo João Gonçalves, da Ahoresia, nos hotéis a realidade é completamente diferente. Ramiro Barreto, da AHRA, dá conta que os hotéis continuam praticamente vazios, duas semanas após a transição do estado de emergência para o de calamidade. E aponta casos extremos em que não se chega a ter um único cliente. **Págs. 11**



MANUEL GONÇALVES,  
JURISTA E  
EX-PCA DA ENSA

**“A reforma da justiça e do direito ao mesmo tempo foi um dos erros das passadas comissões.”**

**ENTREVISTA.** Um dos mais reputados advogados da praça, primeiro bastonário da ordem, espera que o propósito da alteração da lei do processo constitucional “não seja o de limitar as competências actuais do Tribunal Constitucional”. Num périplo pelo sector dos seguros fala sobre os desafios passados da Ensa e explica que “o apoio do accionista foi completamente nulo.” **Págs. 4 a 7**

BALANÇO CONSOLIDADO DE 2019

# Ensa com resultado negativo de 9,9 mil milhões kz

**SEGUROS.** O resultado líquido da seguradora pública fixou-se em terreno negativo, de acordo com o balanço consolidado do exercício transacto. E a nova administração, liderada por Carlos Duarte, justifica os números com o “saneamento financeiro” das contas.

O volume de prémios, no entanto, aumentou 34% para os 63,7 mil milhões de kwanzas. **Págs. 8 e 9**



## Tribunal português levanta arresto para Isabel dos Santos votar na NOS

**Págs. 11**

EM CARTA AO BPC

# Sindicato bancário contesta despedimentos



**TRABALHO.** Após a administração do maior banco público ter antecipado o despedimento de 1.600 trabalhadores e o encerramento de 60 agências até 2022, o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários (SNEBA) garante que existem outras “soluções” para a diminuição de custos. Na voz do seu presidente, o SNEBA aponta “cancros” como o crédito malparado que considera um “problema de gestão” e não dos trabalhadores. **Pág. 10**

# Editorial

## A REINVENÇÃO DA RODA

“ Exemplos como o antecipado encerramento das lojas do Candando reafirmam outras causas de destruição do emprego com fundamentos mais absurdos. Explicam a cegueira e a arrogância dos que teimam em não perceber que o alegado combate à corrupção não pode fazer dos mais vulneráveis, mais uma vez, a principal vítima.” Estas duas frases encerraram o editorial da edição passada, o VALOR número 212. E, na altura em que foram escritas, o jornal não fazia ideia do que seria a reacção das autoridades às declarações de Isabel dos Santos sobre o encerramento de lojas e o consequente despedimento de metade dos funcionários da sua rede de supermercados.

Mas, como veio a provar-se nas horas imediatas à divulgação da notícia, as afirmações do jornal não poderiam

ser mais bem confirmadas. Primeiro, pelo posicionamento do Ministério da Indústria e Comércio. Como quem dissocia miraculosamente a causa do efeito e vice-versa, o Ministério afirmou que os problemas financeiros da empresa não lhe diziam respeito. E que acompanharia apenas o processo comercial, exigindo a manutenção dos empregos. Nada mais inacreditável! Como qualquer empresa, uma rede de supermercados em plena fase de desenvolvimento e com forte dependência dos accionistas não pode manter dois mil empregos se não houver uma intervenção normalizada dos seus accionistas. Isso no que respeita aos investimentos. Por todo o poder de que o Ministério se revista, não bastará ordenar que as portas se mantenham abertas e que os empregos sejam preservados. É excessivamente primário. Por isso, a exigência à ‘queima roupa’ de se preservarem os empregos, sem se resolver a origem

do problema, é desprovida de qualquer sentido. É o que ficou explícito no comunicado da empresa que controla a rede de supermercados. Comunicado, aliás, que não ratificou à letra as garantias que o Ministério vendeu à opinião pública sobre o futuro imediato do Candando.

O Ministério da Indústria e Comércio não esteve, entretanto, sozinho a ‘reinventar a roda’. Como qualquer coisa coincidente, a Procuradoria-Geral da República demarcou-se de quaisquer responsabilidades numa eventual falência das empresas arrestadas que dependem de Isabel dos Santos. E, entre várias justificações, afirma que a empresária pode financiar os seus investimentos, aumentando o capital das empresas. Das mesmas empresas que foram arrestadas e cuja titularidade definitiva será objecto de sentença judicial! Como diz a sabedoria popular: “há coisas que só vistas”...



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS...



**ADILSON NETO**, presidente do Ceja

### A actividade de mototáxi está paralisada, como o Ceja está a gerir essa situação?

Os motoqueiros do Conselho Empresarial Juvenil de Angola operam apenas nas zonas do Kilamba e Vila Flor. Apesar da suspensão, estão a beneficiar de 10 mil kwanzas, um subsídio que resulta de um fundo social criado com as contribuições dos próprios motoqueiros.

### Estes meios têm alguma especificidade?

Os motociclos são da marca Kawasaki e transportam seis pessoas de tamanho médio, além do condutor. São motos com cobertura na parte superior, usadas na Índia, China e nalguns países da Europa. A entrega a jovens desempregados resultou do projecto 'Minha estrada meu sustento', concebido para reduzir a pobreza e o desemprego.

### O investimento já gerou retorno?

Ainda não. Inicialmente, adquirimos 32 motorizadas que nos custaram 13 milhões de kwanzas. Há, entretanto, perspectivas de comprarmos mais. Quanto à facturação, por dia, os operadores entregam seis mil kwanzas à entidade gestora, e, como contrapartida, têm uma remuneração mensal.

## 09

TERÇA - FEIRA

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) prorroga, de 6 para 23 Junho deste ano, o prazo limite para a apresentação de candidaturas para o concurso público de privatização de 12 empreendimentos agro-industriais do Estado.

## 10

QUARTA - FEIRA

O Presidente João Lourenço elogia o trabalho de Portugal no combate à covid-19, numa mensagem evocativa do 10 de Junho, em que defende o "contínuo estreitamento das relações de amizade e de cooperação" entre os dois países.

## 11

QUINTA - FEIRA

O presidente da Câmara de Comércio Angola/Emirados Árabes Unidos (EAU), Bráulio Martins, revela que as transacções comerciais entre Angola e os EAU estão cifradas em USD 1,9 mil milhões, em volume de exportações e importações.



## 12

SEXTA - FEIRA

O ministro da Indústria e Comércio assegura que o país não tem ruptura de stock de produtos alimentares, daí não haver razões para a especulação de preços. Victor Fernandes nota que a produção nacional "tem espaço" para ser escoada.



## 05

SÁBADO

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, pede maior organização da Câmara do Comércio e Indústria e interacção com os associados de modo a proporem soluções para o desenvolvimento económico da região.



## 07

DOMINGO

Cafeicultores iniciam, de forma oficial, a colher cinco mil toneladas de café, no quadro da campanha nacional 2019/2020, quantidade que deverá superar as quatro mil da campanha anterior, segundo o Instituto Nacional do Café.



### SEGUNDA-FEIRA

O Caminho-de-Ferro de Luanda vai retomar de forma gradual a circulação dos comboios suburbanos de passageiros, com quatro viagens diárias apenas, contra as 17 habituais, nas carruagens de segunda classe, anuncia a empresa.

### COTAÇÃO



### VERMELHO POR RECEIO DE NOVA DE CONTAMINAÇÃO...

Os mercados europeus encerraram o primeiro dia da semana em baixa, devido a preocupações em torno de uma segunda onda de infecções por coronavírus, após Pequim ter divulgado um número recorde de novos casos. A situação representa uma inversão da tendência. Este mês, por exemplo, os principais índices europeus chegaram a atingir máximos de três meses, impulsionados pela reabertura gradual das economias.



### ...VERDESÓ EM MILÃO

Entre os principais índices europeus, apenas o italiano Ftse/Mib, de Milão, iniciou a semana a valorizar-se com uma variação de 0,43%. O índice pan-europeu STOXX 600 recuou 0,3%, enquanto, em Frankfurt, o Dax recuou 0,32%. OCAC-40, em Paris, perdeu 0,49%, já o madrileno Ibex-35 registou baixa de 0,46%. Em Lisboa, o PSI20 acompanhou o ritmo de perdas com uma variação de 0,76%.

# Entrevista

MANUEL GONÇALVES, EX-PCA DA ENSA

## “A decisão de privatização da Ensa já é muito antiga, foi tomada em 2003”

Considera “claramente de mais” os 17 anos consumidos no processo de criação da resseguradora nacional que, entretanto, continua a não ser uma realidade. Também critica a morosidade no processo da reforma da justiça e fala da sua passagem pela Ensa.

Por César Silveira

**L**iderou o processo de reestruturação da Ensa e deixou de ser PCA no final do ano passado, praticamente em cima do início do processo de privatização. Que empresa encontrou e deixou?

O que mais importante encontrei foi a qualidade dos quadros da empresa, na sua quase totalidade nacionais. E, das maiores dificuldades, a incipiente cultura organizacional e o insuficiente apoio do accionista. A missão principal foi motivar os quadros para os objectivos estratégicos, que em conjunto definimos, e delinear um processo de transformação capaz de gerar sérias mudanças no sentido da modernização. Num projecto com a duração inicial de três anos, conseguimos concretizar 64 iniciativas e mudar a empresa em praticamente todos os seus aspectos, nos domínios organizacionais, dos processos, alterando-os em cerca de 95%, das tecnologias, em que a inovação foi quase total com a introdução de plataformas robustas internacionalmente reconhecidas, a alteração do modelo de negócio e ao nível dos recursos humanos, investindo seriamente na formação. Deixámos a empresa com os resultados desses projectos.

Que resultados?



Mário Nogueira © VE

*Quanto mais seguradoras houver, o que acontece é que mais diversidade ao nível do produto e de preço haverá no mercado.*

Passámos a ter reconhecimento público nas instituições de tutela e reguladoras, e do mercado, com a melhoria da nossa imagem e da confiança dos nossos clientes. Melhoraram os indicadores operacionais e económico-financeiros de uma empresa que passou a ter resultados positivos. Foi motivador o reconhecimento pelo Isep, durante as sessões públicas de apresentação de contas, como a primeira empresa de capitais públicos a fazer prestação de contas ao longo de quatro anos consecutivos. Durante anos

consecutivos, a empresa esteve e continua no topo do ranking das empresas seguradoras nacionais. Isso é muito relevante se considerarmos que, em 2000, tínhamos perdido a gestão do seguro do petróleo e, por outro lado, verificou-se um crescimento significativo dos players do mercado, passámos a ter quase 30 empresas seguradoras, algumas das quais com accionistas centenários com vasta experiência internacional ou com accionistas financeiramente muito fortes, designadamente ligados à banca. Outro dado a reter

é que a Ensa foi considerada a única empresa do universo empresarial público, com mais de 150 empresas, com rating internacional concedido pela Standard&Poors, o que mostra bem o esforço desenvolvido por todo o conjunto dos trabalhadores da empresa e respectivos líderes.

**Mas a concorrência pensa que esses resultados, em parte, são explicados por uma certa protecção do Estado de que a Ensa beneficiou.** Nunca ouvi nenhuma referência explícita da concorrência a falar de protecção. Nem ela existia. O apoio financeiro do accionista foi completamente nulo. Tivemos um passado com compliance inexistente, em que a política e a microeconomia se misturavam e, nessas condições, era mais fácil os titulares dos diversos poderes protegerem as empresas privadas onde tinham interesses. A Ensa é pública e todas as demais empresas de seguros são privadas e não estavam isentas de PEP. Ainda assim, em geral, tivemos um mercado com livre concorrência.

**Ter liderado, por exemplo, o co-seguro petrolífero, durante certo tempo, com parcelas superiores, face às demais, não foi protecção?** Decididamente, não! O seguro petrolífero tinha um regime próprio. Havia um co-seguro, que é uma espécie de consórcio, em que todas as outras seguradoras indicadas pela Arseg tinham participação e uma determinada quota. O líder do co-seguro

“É preciso fazer-se desaparecer aquela ideia que predominou durante muito tempo de que realizar a reforma da justiça é alterar leis, não é.”

tinha a missão de gerir em nome de todos, com níveis de transparência que permitiam que cada uma constataste quais eram os seus direitos e reclamar se fosse caso disso.

**As seguradoras passaram, nos últimos anos, entretanto, a defender, de forma persistente, a necessidade de uma rotatividade na liderança, porque achavam injusta a liderança exclusiva da Ensa.**

A passagem da gestão para a Ensa foi o resultado da posição tomada por todas as seguradoras durante muito tempo e, particularmente, num conselho técnico do Ministério das Finanças sobre o sector. Todas as seguradoras defendiam a mudança para a Ensa. E a alteração foi consensual. Posteriormente, foi-se defendendo um modelo de co-liderança, o que foi aceite sem dificuldade a nível de todas as seguradoras reunidas no âmbito da Associação das Seguradoras de Angola (Asan). Seja como for, independentemente do líder, o fundamental é que as regras estejam claras, que permitam a transparência e que cada um possa ter aquilo a que tem direito. Agora, que fique claro um pequeno mas decisivo detalhe: quem decide quem são as entidades seguradoras que devem fazer parte do co-seguro é a Arseg, a entidade reguladora. E a Ensa recebeu, no momento em que eu lá estava, tal como recebeu agora, no momento em que já lá não estou, a indicação por parte da Arseg de quais são as seguradoras que têm direito a integrar o co-seguro. E nem todas fazem parte, por razões óbvias de natureza financeira, ou de natureza legal que estão devidamente previstas nas normas. Hoje, aliás, ainda há menos seguradoras a participar no co-seguro do que havia antes.

**A necessidade de a Arseg indicar algumas seguradoras para fazerem parte do co-seguro pode ser entendida também como sinal de existência de muitas seguradoras no mercado?**

O número de seguradoras não é nada que me preocupe. O importante é que haja concorrência livre e leal, e que vençam os melhores. Quanto mais seguradoras houver, o que acontece é que mais diversidade ao nível do produto e de preço haverá no mercado e mais possibilidades de escolha os clientes terão. É uma questão de concorrência em que apenas os mais fortes sobrevivem e os outros desaparecem naturalmente. Mas é preciso efectiva supervisão e fiscali-

*É preciso que a reforma da justiça se cinja àquilo que é essencial: a componente orgânica e estrutural da justiça em que já há bastante evolução*

*Espero que a actual comissão da reforma saiba primeiro olhar para trás, para tentar perceber os aspectos positivos e negativos do que já se fez e as respectivas razões.*

zação por parte da Arseg, para controlar a solvência das seguradoras e a sua capacidade para assumir responsabilidades caso venham a ocorrer sinistros que ponham em causa os interesses das empresas, trabalhadores ou das famílias, ressarcindo os prejuízos causados.

**Iniciou a privatização da Ensa e há correntes a defenderem que, considerando a situação económica do país, não se devia optar por esse processo agora, face ao risco de subvalorização do activo. Qual é a sua opinião?**



Mério Mujica © VE

Muita gente não saberá que a decisão de privatização da Ensa já é muito antiga, tomada em Conselho de Ministros em 2003, no momento da sua transformação em sociedade anónima. Mas, por diversas razões, não foi concretizada. Portanto, era uma questão de tempo. Creio que devemos respeitar a decisão, partindo do pressuposto de que ela foi devidamente ponderada por parte do accionista Estado e insere-se numa estratégia necessária e séria. A privatização poderá ser parcial, o accionista poderá pretender ir buscar outros parceiros estratégicos

que aportem valor para a organização e a empresa tornar-se ainda mais forte, com benefícios para a sociedade comercial e para o accionista, e ainda benefícios indirectos no plano tributário, independentemente dos benefícios directos por via da alienação.

**Acredita que teremos players do mercado interessados na Ensa?**

Há uma estratégia de privatizações em curso e uma decisão global tomada há tempos e há dias um Diploma Presidencial muito específico em relação à Ensa. Portanto,

estamos numa fase em que não há ainda a abertura de concursos, mas é muito provável. É natural que exista alguma apetência relativamente à aquisição de parte da organização por investidores do mercado interno ou mesmo internacional. Trata-se de um bolo apetecível...

**Com que valor de mercado deixou a empresa?**

O processo de privatização implica todo um trabalho de avaliação que deve ser feito por determinadas entidades, independentes e designadas em consequência do concurso, para que haja rigor absoluto na determinação do valor da organização, e estes dados não são ainda conhecidos.

**A Ensa tem um acervo cultural considerável como resultado do prémio Ensa Arte. Que tratamento acha que se deve dar a este acervo no processo de privatização?**

A Ensa tem um acervo cultural muito interessante. Diria que a Ensa talvez tenha, para não dizer peremptoriamente que tem, porque não tive a oportunidade de fazer uma avaliação de outras realidades, o maior acervo cultural no domínio das artes plásticas contemporâneas, especificamente em matéria de pintura e escultura do país. E isso é resultado de muitos anos de existência do Ensa-arte, na medida em que as obras vencedoras se tornam propriedades da Ensa e passam a integrar a sua colecção. Independentemente do aspecto material, tratando-se de uma bienal, facilmente perceberemos que essa colecção representa a evolução histórica das artes plásticas em Angola, pelo que tem um grande significado cultural. É sabido que há alguns anos, no maior evento de artes plásticas do mundo, que é a bienal de Veneza, o pavilhão de Angola foi o vencedor do maior galardão internacional, com uma exposição fotográfica de Edson Chagas, e igualmente uma exposição de pintura e escultura integralmente composta por obras da Ensa.

**O que tudo isso significa?**

É muito significativo, isso quer dizer que a Ensa ajudou a colocar Angola no mundo, do ponto de vista cultural, e a demonstrar o valor dos artistas nacionais. Por essa razão, acho que a Ensa deve continuar a organizar o Ensa-arte, e por isso, todo o acervo cultural deve manter-se com a organização. Há peças que poderão ser colocadas em museus, mas

*Continua na página 6*

# Entrevista

Continua da página 5

não deve deixar de fazer aquilo que faz muito bem.

**Falou dos bons quadros que encontrou. No entanto, o seu último ano ficou marcado por um descontentamento por parte dos trabalhadores que reclamavam apoio da empresa em créditos que tinham solicitado. O que se passou concretamente?**

Em benefício dos seus trabalhadores, a administração celebrou protocolos de crédito habitacional com bancos, em moeda nacional. O resultado foi espectacular, com valores de crédito muito altos adquiridos pelos trabalhadores que, assim, viram a possibilidade de melhorar as suas condições habitacionais. Mais: sem necessidade de apresentação de garantias e com algumas vantagens concedidas pela empresa. Quando começou a instabilidade cambial no país, constatou-se que vários contratos de mútuo, celebrados entre os bancos e os trabalhadores, não seguiram as normas dos protocolos e foram gerando alterações nos capitais e juros, provocando erosão da massa salarial. Iniciámos de imediato renegociações com um mecanismo de acompanhamento por representantes dos trabalhadores e encontros periódicos com a generalidade dos interessados, que conduziram a diferentes soluções e à celebração de novos contratos.

**Durante todo o período que esteve na Ensa, acompanhou o dossier do surgimento da resseguradora. O que acha que tem estado a atraparilhar o arranque definitivo da resseguradora nacional?**

Creio que a Arseg e o Ministério das Finanças que, ao longo dos anos, têm dirigido este processo, estarão em melhores condições para clarificar. Apenas direi que 17 anos é claramente de mais.

**Se tivesse de alterar ou sugerir alterações no mercado segurador, quais seriam?**

Limite-me a referir o quadro regulador do sector. É muito antigo e a reclamar muitas inovações. O prazo que o Ministério das Finanças concedeu para as necessárias alterações há muito caducou, sem resultados. Temos sérios problemas de cultura institucional que atrasam decisões e a sua implementação. Acredito que uma parceria estratégica entre o regulador e a associação representativa das seguradoras pode produ-



## Perfil

Licenciado em Direito, pela Universidade Agostinho Neto, em 1985, Manuel Gonçalves foi o primeiro bastonário da Ordem dos Advogados de Angola. Foi membro da Comissão de Reforma da Justiça, nomeada em 2003. Entre outras, desempenhou a função de Pca da Ensa entre 2010 e Novembro de 2019 e teve também passagem na banca, desempenhando o cargo de vice-presidente da mesa de assembleia do BAI e também do ex-BESA.

zir efeito útil.

**Muito recentemente, foi criada a comissão da reforma e do direito. Como olha para este processo?**

Espero que a actual comissão da reforma saiba primeiro olhar para trás, para tentar perceber os aspectos positivos e negativos do que já se fez e as respectivas razões. A reforma da justiça é das reformas mais lentas que há neste país. Ela já começou há muitos anos, outras reformas foram concretizadas com sucesso ou com relativo sucesso, e exemplifico com a reforma tributária. Há anos, em matéria fiscal, não tínhamos quase nada a não ser a tributação do sector petrolífero e muito pouco mais. Mas houve um sério investimento em relação ao tema e temos uma realidade completamente nova, com o surgimento de uma Administração Tributária que antes não existia, com quadros em crescente formação, bem como um ordenamento jurídico-fiscal relativamente completo e coerente.

**Encontra razão para a lentidão da reforma da justiça?**

É mais um tema de cultura institucional dominante no país, a qual tem de mudar rapidamente. Os processos arrastam-se com muita lentidão

e não há modelos de acompanhamento adequado, sendo que aquilo que era suposto fazer está decidido só num plano muito estratégico e não se concretiza. Ter a pretensão de fazer a reforma da justiça e do direito, ao mesmo tempo, entendendo-se este de modo muito amplo, foi um dos grandes erros das passadas comissões. Eu diria que são duas coisas completamente diferentes. Se continuarmos a pensar em querer, numa comissão da reforma da justiça, fazer também a reforma do direito, com a extensão já feita no passado, o resultado é o insucesso. É muito investimento e esforço em tempo que se perde. É preciso que a reforma da justiça se cinja àquilo que é essencial: a componente orgânica e estrutural da justiça em que já há bastante evolução, das normas de natureza processual, visando maior simplificação dos processos sem perda das garantias dos direitos das pessoas envolvidas nos processos. E relativamente ao direito substantivo, aquilo que não são normas de procedimento, a reforma da justiça deveria limitar-se às chamadas normas de instrumentalidade necessária. O que é isso? São aquelas normas que são aplicadas exclusivamente nos tribunais. O Código Penal, as normas sobre a cessação

dos arrendamentos e despejos, apenas aplicadas através dos tribunais. Aquelas normas substantivas sob o despejo que estão relacionadas com o contrato de arrendamento. Agora, porque é que a reforma da justiça vai alterar parte significativa do Código Civil, por exemplo, o contrato de compra e venda?

**E porque é que não?**

Quando eu compro um jornal, entregando um valor e receber o produto, acabei de fazer um contrato de compra e venda; quando entrego um valor e recebo uma viatura acabei de fazer um contrato de compra e venda. E, quando dou um valor e recebo uma casa e assino um documento, acabei de fazer um contrato de compra e venda. Ora, a maior parte dos contratos de compra e venda é feita todos os dias e por todas as pessoas, sem necessidade de intervenção da justiça. Porque fazer uma reforma de normas dessa natureza, dentro da comissão da reforma da justiça? Não é imprescindível e perde-se o foco. Há muitos departamentos ministeriais com legítimos interesses e competências para tratar de outras matérias a reformar e, para isso, as universidades e essas instituições podem fazer parcerias com sucesso. Por outro lado,

acho que é preciso fazer-se desaparecer aquela ideia que predominou durante muito tempo, de que realizar a reforma da justiça é alterar leis, não é. A reforma significa, independentemente do que referi, a formação das pessoas, integrantes de todas as instâncias que interferem na administração da justiça, como os tribunais, as procuradorias, os advogados, as polícias, incluindo os funcionários ligados a essas instituições. As instalações, o equipamento, a informática, a estatística, que é fundamental para as tomadas de decisão, e finalmente a gestão. É preciso que haja formação em gestão para que haja adequada gestão dos tribunais.

**Recentemente, o Conselho de Ministros aprovou a alteração da lei do processo constitucional que poderá restringir ainda mais a natureza dos processos susceptíveis de recurso no Tribunal Constitucional. Que opinião tem sobre essa matéria?**

Não tenho toda a informação relevante sobre o assunto até porque se trata apenas de um projecto em discussão nas instâncias competentes e que está a ser objecto de abordagens a nível dos especialistas em Direito Constitucional, da academia e dos juristas em geral. A propósito, espero bem que o objectivo não seja o de limitar as competências actuais do TC para a apreciação de processos feridos de inconstitucionalidade, impedindo os recursos das decisões neles tomadas. Nem me parece que assim seja. Aparentemente, pretende-se dar uma diferente configuração ao regime jurídico do recurso extraordinário de inconstitucionalidade, estando em discussão se devem ou não ser esgotadas as várias instâncias da jurisdição comum antes do recurso ao TC, se o recurso deve ter efeito suspensivo ou não, de modo a que a decisão alegadamente inconstitucional fique suspensa e não possa ser aplicada ou se as decisões tomadas pelo TC podem ser imediatamente aplicadas ou se, ao contrário, devem ser objecto de reformulação prévia e correcção pelo Tribunal de que se recorre. Em todo o caso, mesmo que não seja impedido o recurso para o TC de qualquer decisão, trata-se de temas de grande importância teórica e alcance prático para os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que é preciso assegurar em nome da ideia fulcral ínsita na Constituição da protecção da dignidade da pessoa humana.



# LIGA NOS

**VIVA O FUTEBOL  
PORTUGUÊS  
EM EXCLUSIVO NA ZAP!**

**SPORT TV ÁFRICA**

CANAIS 20 E 21 HD

**3TV**

CANAL 24

DISPONÍVEL PARA CLIENTES  
**ZAP PREMIUM**

**CARREGUE JÁ!**

 **LaLiga**  **Santander**

**A LIGA ESPANHOLA  
ESTÁ DE VOLTA!**

  **LaLiga** | CANAIS 25 E 26 HD

DISPONÍVEL PARA CLIENTES  
**ZAP MAX E ZAP PREMIUM**

**CARREGUE JÁ!**

# #BackToWin



**APOIO AO CLIENTE:**  
935 555 600 | [apoio.cliente@zap.co.ao](mailto:apoio.cliente@zap.co.ao)  
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 AS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

+ INFO EM: [www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao)

# Mercados & Negócios



BALANÇO DE 2019 **Por César Silveira**

## Ensa emite prémios de 63,7 mil milhões kz

O volume de prémios emitidos pela Ensa, em 2019, cresceu 34%, passando de cerca de 47,7 mil milhões de kwanzas, de acordo com os dados da empresa referentes ao exercício passado que dão conta ainda que o valor emitido pela seguradora nacional representa 34,9% da quota de mercado.

No período, o número de apólices emitidas reduziu, entretanto, passando de 76,1 para 67,4 mil. Ou seja, manteve-se a tendência de perdas que se regista desde 2016, ano em que a seguradora emitiu 86.972 apólices. A seguradora estima em 11% a tendência de perda significativa do negócio em 2019.

O seguro de saúde, com 49%, foi o que contribuiu para os resultados, seguindo-se os seguros de acidentes de trabalho, petroquímica e automóvel com 17%, 16% e 8%, respectivamente.

Comparativamente à distribuição do mercado, registam-se ligeiras alterações, mas o seguro de saúde mantém-se como líder do mercado com 42%. O acidente de trabalho, com 12% dos prémios emitidos no

**SEGUROS.** Empresa fechou o ano com resultado líquido negativo de 9,9 mil milhões de kwanzas. No global, mercado emitiu prémios brutos de 182,4 mil milhões de kwanzas. Ensa mantém liderança em termos de quota de mercado.



**O BNA PROCEDEU** até ao dia 12 de Junho 82 a operações de compra de Obrigações do Tesouro, referente à compra de títulos a 49 empresas no âmbito das medidas que visam reduzir o impacto da covid-19, tendo desembolsado 54 mil milhões Kwanzas dos 100 mil milhões disponíveis.

A seguradora justifica o resultado com um esforço de saneamento financeiro das contas.

**PRÉMIOS DO MERCADO DO CRESCEM**

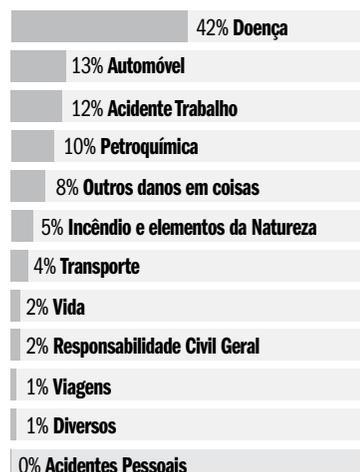
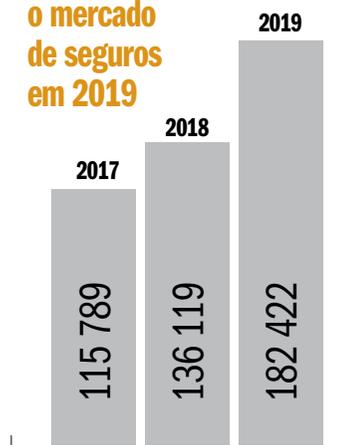
No período em análise, o conjunto das seguradoras emitiu prémios brutos de cerca de 182,4 mil milhões de kwanzas, registando-se um crescimento de 34%, face a 2018 em que foi emitido um total de 136,1 mil milhões de kwanzas, de acordo com dados da Associação das Seguradoras de Angola (Asan).

Tal como nos anos anteriores (desde 2016), a Ensa voltou a perder quota do mercado, mas, desta vez, de forma muito ligeira, ao passar de 35,64% para 35,29%. Em 2017, era responsável por 38,19%, enquanto em 2016 detinha 46,60%.

Entre as cinco primeiras seguradoras, em termos de quota de mercado, ganharam terreno a Fidelidade, ao passar de 10% para 12%, e a Nossa Seguros, que passou a deter 10% do mercado contra os anteriores 9%. A quota da Saham baixou de 16% para 14%, e da Global Seguros, de 7% para 5%.

Já no meio da tabela, a Bic Seguros é a única que ganhou mercado ao passar de 4% para 5%, enquanto a Bonws Seguros é a que mais cedeu, ao recuar de 4% para 2%. As seguradoras Prudencial e Tranquilidade perderam um pp ao passarem de 4% para 3%.

**Prémios, o mercado de seguros em 2019**



mercado, perde a segunda posição para o seguro automóvel que terminou o ano com uma quota de 13% dos prémios.

Os custos com sinistros, por sua vez, aumentaram 16%, passando de 27,7 para 32,1 mil milhões de kwanzas, enquanto o custo de sinistros pendentes aumentou 15%, ao passarem de 50,1 para 57,5 milhões de kwanzas.

Por sua vez, a taxa de sinistralidade da Ensa baixou de 58% para 50%, enquanto a do mercado se fixou nos 40%, “fortemente influenciada pelo produto doença com 65%”.

**SEGURADORA COM RESULTADO NEGATIVO DE 9,9 MIL MILHÕES**

Em termos de resultados, a empresa terminou o ano com um resultado líquido negativo de 9,9 mil milhões de kwanzas, depois do resultado positivo de 2,5 mil milhões de kwanzas de 2018.

A seguradora justifica o resultado com “um esforço de saneamento financeiro das contas, assente na implementação de uma política mais conservadora quanto à constituição de provisões técnicas e de provisões para prémios em cobrança, os quais, com a conjuntura económica global desfavorável, tenderam a agravar-se em volume e antiguidade”.

**PORTO DE LUANDA**

**Modernização aos 75 anos**

Governo prevê modernização do Porto de Luanda “como forma de torná-lo mais competitivo a nível interno, regional e internacional”. Segundo o ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, pretende-se “um Porto cujo paradigma de gestão esteja alinhado a agenda internacional, com base nas convenções de que Angola é parte, com atenção especial à integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), particularmente o 9, 11 e 16”.

Numa mensagem aos trabalhadores por ocasião dos 75 anos da maior unidade portuária assinalados nesta segunda-feira afirmou que “os ODS 9 sinalizam a importância da inovação e infraestruturas adequadas, vectores fundamentais para a promoção e potenciação do crescimento económico por via da facilitação, e eficácia das condições operacionais”.

Considerando ainda que, “no âmbito dos ODS 11, definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas, as estruturas portuárias têm um papel relevante para tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos”, o governante avança que “o Porto de Luanda deverá reforçar o seu mecanismo de adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, operacionalizar o Código de Ética e adoptar, uma estratégia de sustentabilidade que incorpore uma conduta de princípios, valores e regras alicerçados na justiça, na transparência, e na ética profissional”.

Em 2019 o Porto de Luanda manuseou cerca de 7 milhões de toneladas de mercadorias, um aumento de 62,1 mil em relação a 2018, o que representa uma subida de 0,88%. No ano passado, atracaram no Porto 510 navios de longo curso, tendo-se registado um movimento de menos 45 navios em relação a 2018, uma redução de 8,11%.

Taça Cheia

Todos os sábados, às 22:00, com Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

# Mercados & Negócios

DESPEDIMENTOS NO BANCO PÚBLICO

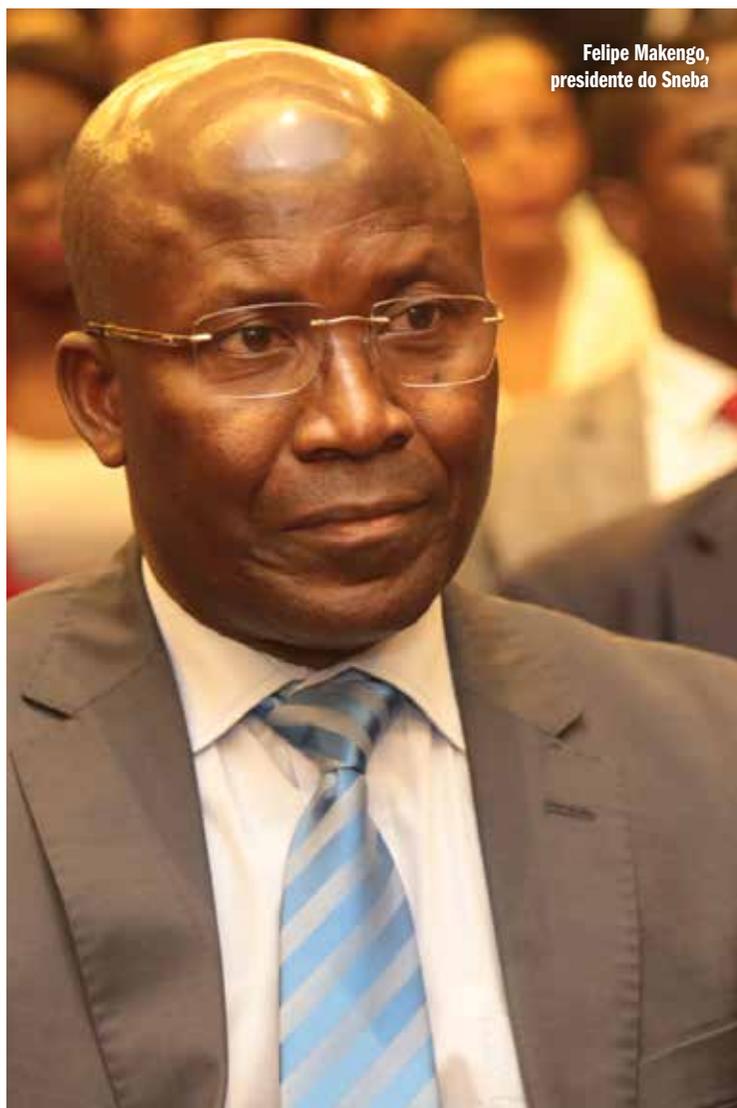
## Sindicato aponta soluções para manutenção dos trabalhadores no BPC

**BANCA.** Plano de reestruturação da instituição bancária prevê o encerramento de 60 agências e o despedimento de 1.600 trabalhadores. SNEBA defende haver “muitos sítios onde se podem cortar as gorduras”.

Por Fernando Francisco

O Sindicato Nacional dos Empregados Bancários (Sneba) pede “ponderação” na aplicação da decisão de encerramento de 60 agências e despedimento de 1.600 colaboradores do BPC e garante existirem outras “nuances” que podem ser consideradas no processo de reestruturação da instituição.

Filipe Makengo, presidente de direcção da associação, adianta ao VALOR que, ainda esta semana, farão chegar à administração do banco as alternativas possíveis ao despedimento e dão como exemplo “a reconversão de postos de trabalhos para empresas compar-



Felipe Makengo,  
presidente do Sneba

tidas pelo BPC”.

“No ofício que estamos para mandar, queremos indicar também caminhos. Há muitas soluções”, sublinha o sindicalista, acrescentando que “a diminuição dos custos não está só no despedimento”. “Há custos operacionais que não têm nada que ver com

os trabalhadores, os investimentos, muitas vezes que não surtem efeitos, não há responsabilização. Fizeram-se muitos projectos, estas administrações todas que passaram pelo BPC fizeram projectos, apresentaram estudos ou diagnósticos onde são pagos valores avultados sem resultados. Os accionistas

# 60

Números de agências previstas a ser encerradas no processo de reestruturação do BPC

### MEMORIZE

- **Sindicalista aponta investimento em estudos e projectos, sem resultados palpáveis, por parte das administrações como uma das causas da situação deficitária da instituição.**

devem pensar também nestes custos”, defendeu.

Felipe Makengo lembra que o crédito malparado é um dos principais cancros do BPC e “isso não é problema dos trabalhadores, é um problema de gestão, do país”.

“Não se pode castigar os trabalhadores porque os devedores não pagam, não é culpa dos trabalhadores. São todas as nuances que devem ser analisadas com ponderação, mas o elo mais fácil e vulnerável é o trabalhador.”

Salientando haver “muitos sítios onde se podem cortar as gorduras”, Filipe Makengo citou ainda os investimentos “sem resultados palpáveis” que foram feitos nas soluções informáticas.

“Não é a despedir ou mandar as pessoas para a reforma que o

banco vai diminuir custos, também a própria administração tem de ponderar onde deve gastar de forma racional. Estas análises, recorrendo a empresas externas, têm custos. A quem são imputados? Aos trabalhadores? Depois não têm resultados palpáveis. As soluções informáticas foram adquiridas. Não foram implementadas. A quem são sacadas estas responsabilidades? Não são os trabalhadores. Há bem pouco tempo, tivemos uma administração com cerca de 13 administradores, eram custos elevados. Quanto custa um administrador no universo de 10 trabalhadores que ganham 200 ou 300 mil kwanzas? São estas nuances que devem merecer uma análise profunda.”

### AS INTERROGAÇÕES SOBRE O ENCERRAMENTO DAS AGÊNCIAS

Por outro lado, Filipe Makengo defendeu a necessidade de se analisar o impacto que o encerramento de agências pode ter em alguns municípios e na implementação das autarquias. “Continuamos a ter, no interior, funcionários públicos que, para operações bancárias, são obrigados a fazer deslocações de 200 a 300 quilómetros. Esta situação tem de se ter em consideração. Depois temos as autarquias, a implementação também implica a expansão dos serviços bancários, porque as administrações vão precisar de apoio da banca. Como é que vamos fazer a descentralização da administração quando o enfermeiro tem de andar 200 quilómetros para ir levantar o salário, isso não funciona. A informação que temos é que vai fechar as agências não rentáveis, mas é preciso ponderação porque o BPC é um banco público.”

O processo de privatização do BCI é outra preocupação do Sneba, que “ainda tem informação factual sobre quais são as decisões a serem tomadas”.

“O banco tem mais de mil trabalhadores. O novo dono vai ficar com os trabalhadores? É a nossa preocupação, por isso, nos próximos dias, vamos enviar um ofício à administração para nos passar o ponto de situação sobre o que está a ser desenhado.” A alienação das participações públicas no Banco Económico e os processos dos bancos Mais e Postal são as outras preocupações do sindicato que tem “poucos problemas com a banca privada”.

MAIS DE 15 DIAS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

# Restaurantes com movimentos “razoáveis”, hotéis “ainda vazios”

**TURISMO.** Restaurantes com menos de 50% e alguns hotéis praticamente sem clientes. Hoteleiros não acreditam na mudança de cenário mesmo com autorização das viagens do e para o estrangeiro, a partir do final do mês.



Por Isabel Dinis

Mais de duas semanas desde a entrada em vigor do estado de calamidade pública, os restaurantes registam uma procura entre os 30 e os 45%, fluxo considerado “razoável” pela Ahoresia, enquanto os hotéis “contam, pelos dedos, o número de reservas”.

Notando que, no caso dos restaurantes, “a dinâmica não é a mesma do período anterior à pandemia da covid-19”, o presidente da Associação dos Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola, João Gonçalves, acredita que a normalidade vá “levar tempo” e que os clientes “já não têm tanta disponibilidade por causa dos condicionaisismos”. “Melhorou um pouco. Agora já podemos abrir até às 22

horas, sendo que antes era só até às 15 horas. E essa hora é normalmente a altura em que as pessoas que frequentam hotéis e restaurantes estão a sair”, observa.

O líder associativo acredita que a reposição da normalidade e a taxa de ocupação também vão “depende do poder socioeconómico dos clientes”. E garante que muitos dos associados estão a criar condições para receber os clientes com segurança. “Temos um normativo que foi enviado pelo Ministério [da Cultura, Turismo e Ambiente] que já começámos a divulgar. Os restaurantes terão de cumprir para proteger a vida de quem vai frequentar esses locais. Não é só abrir por abrir. Têm de ter as condições de segurança sanitária”, acautela.

**HOTÉIS CONTINUAM VAZIOS** Muitos dos hotéis e resorts continuam vazios por causa da pandemia. Segundo o secretário-geral da Associação de Hotéis e Resorts de Angola (AHRA), há hotéis em

algumas províncias que não têm nenhum cliente, enquanto alguns conseguem ter um ou dois. “São poucos” desde que começou o estado de calamidade, como lamenta Ramiro Barreto.

O associativista justifica a fraca procura com o facto de Luanda estar sob cerca sanitária, sendo a província que emite mais turistas para as outras províncias e onde se encontram as grandes empresas. Por isso, as reservas não podiam ser diferentes em relação ao período de estado de emergência.

“2020 é um ano para esquecer. Não se sabe como vai ser amanhã. Mas é para esquecer”, sentencia Ramiro Barreto, que espera por medidas adicionais depois de 30 Junho, data prevista para a autorização das viagens internacionais para e a partir de Luanda. Barreto lembra que há “muitos países a permitirem viagens para outros destinos, mas com outras medidas, como o certificado com exames a provar que não se tem covid-19.

## MEMORIZE

● **Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente submete inquérito sobre o impacto da pandemia nos negócios aos operadores. Defendem financiamento a fundo perdido e aguardam pela contra-proposta do Ministério**

Nós ainda não temos isso. Esperamos ter.”

Para os associados da AHRA, a permissão para se começar a frequentar as praias apenas a partir de 15 de Agosto é uma “aberração” e vai “ter impacto muito grande para o turismo”. Ramiro Barreto discorda que se possa considerar que Angola tenha época balnear como acontece em alguns países europeus. “Todos os dias são dias de praia em Angola”, reforça o empresário.

## APOIOS FINANCEIROS SÓ A FUNDO PERDIDO

O Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente submeteu um inquérito aos operadores do turismo para perceber o estado do sector e o impacto da pandemia. Ramiro Barreira explica que os hoteleiros, por exemplo, já responderam às questões e que só aguardam pelos resultados do inquérito. Mas vai adiantando que um possível apoio financeiro só funcionaria se fosse a fundo perdido. “Podem dar apoios financeiros aos hotéis. Mas se os hotéis não tiverem clientes, como é que pagam? O Estado diz que tem dinheiro para vocês. Mas tem de ter um programa para sustentar isso. Tem de ter medidas adicionais. Tudo bem, vou receber o dinheiro. Mas, para pagar, vai ser complicado. É sempre boa alguma coisa. Mas não resolve o problema. Não é aí onde está o problema do sector hoteleiro.”

# DEJURE

DEPUTADOS PREPARAM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO FINAL

# Detidos ilegalmente passam a ser indemnizados

**LEGISLAÇÃO.** Novo Código do Processo Penal salvaguarda direito de o Estado obrigar o agente da autoridade ou entidade pública responsável pelas situações de detenção e prisão ilegais a restituir o valor da indemnização paga ao lesado.

Por Redacção

A Assembleia Nacional procede, brevemente, à discussão e votação final global da proposta de Código de Processo Penal que prevê indemnizar pessoas ilegalmente detidas, presas e mantidas em situação de detenção e prisão visivelmente ilícitas.

O requerimento de ressarcimento é justificado com a prisão ou deten-

ção sem mandado da autoridade, excesso do período para a entrega do acusado detido ou preso preventivamente ao magistrado para a validação da detenção ou prisão preventiva, bem como quando a privação da liberdade ultrapassar os prazos fixados por lei.

Sempre que a ordenação da detenção ou da prisão for executada por quem não tenha competência, a vítima tem igualmente direito de solicitar indemnização ao Estado, do mesmo modo quando houver violação dos pressupostos e das condições da aplicação da prisão preventiva.

De acordo com a proposta de Código do Processo Penal, apro-

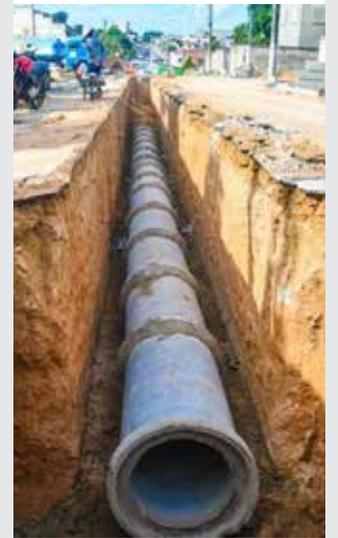
vada na especialidade na passada quinta-feira, pelas comissões de trabalho especializadas do Parlamento, a solicitação de indemnização deve ser anunciada em um ano, a contar da data de transição em julgado da decisão final sobre a ilegalidade da privação de liberdade.

O diploma prevê também que a indemnização ocorre nas situações em que se prova que o acusado não cometeu o facto que lhe foi imputado ou que o cometeu em circunstâncias de exclusão de ilicitude ou culpa.

No entanto, o novo Código do Processo Penal salvaguarda o direito de o Estado obrigar o

agente da autoridade ou entidade pública responsável pelas situações de detenção e prisão ilegais, a restituir o valor da indemnização paga ao lesado.

No artigo 75.º, a Constituição estabelece que o Estado e outras pessoas colectivas públicas são solidárias e civilmente responsáveis por acções e omissões praticadas pelos seus órgãos, respectivos titulares, agentes e funcionários, no exercício das funções legislativa, jurisdicional e administrativa, ou por causa delas, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para o titular destes ou para terceiros.



ARBITRAGEM

## Tribunal dá razão ao MINEA

O Tribunal Arbitral de Lisboa (Portugal) ordenou a empreiteira Puentes Y Calzadas Infra-estructuras, SLU, a pagar custos de reparação dos defeitos e por não cumprir prazos de execução de um projecto de águas em Ndalatando, no Kwanza-Norte.

No quadro da medida tomada em Maio, o tribunal ordenou também a empresa a suportar os custos de arbitragem deste processo que envolve o Ministério da Energia e Águas (Minea), enquanto entidade contratante.

O Minea contratou a referida empresa para construir a rede de distribuição de água e estabelecimento de conexões domiciliárias.

Durante a execução da empreitada, a Unidade de Coordenação do Projecto (UCP) detectou defeitos que impediam o funcionamento adequado do sistema, principalmente resultantes da falta de estanqueidade das caixas de visita.

Essas irregularidades fizeram albergar as válvulas de descarga de fundo, ventosas e outros dispositivos operacionais e da lavagem e desinfecção e, além dos defeitos verificados, o empreiteiro não respeitou o acordado no contrato em relação aos prazos de execução no tempo estabelecido, segundo constatações da UCP.



O diploma prevê também que a indemnização ocorre nas situações em que se prova que o acusado não cometeu o facto que lhe foi imputado.

15  
anos

CELEBRAMOS  
JUNTOS



LINHA DE ATENDIMENTO BIC  
+(244) 923 190 870  
Serviço disponível 24H

[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



Maio é um mês especial e de muitas celebrações importantes. É o mês de África, da Fraternidade, da Juventude, do Trabalhador e da Matemática.

**A 26 de Maio de 2005 nasceu o Banco BIC.** 15 Anos depois, somos um banco jovem, erguido com empenho, trabalho e a confiança dos nossos clientes. Somos uma família grande composta por 2084 colaboradores.

**Crescemos muito...**

**Crescemos JUNTOS.**



**BancoBIC**

# (In)formalizando

Faltam de stock  
dificulta normal  
funcionamento do  
centro comercial.



POR FALTA DE PRODUTOS

## Lojistas encerram portas na Cidade da China

**COMÉRCIO.** Dificuldades na importação estão na base do encerramento de lojas no centro comercial Cidade da China. Receio de contágio também dificulta os negócios.

Por Guilherme Francisco

**D**ezenas de lojas fecharam, nos últimos dias, no centro comercial Cidade da China, o maior de Luanda, por conta da ruptura de stocks, justificadas pelas dificuldades de importação impostas pela pandemia.

Vários lojistas, consultados no local, disseram ao VALOR que, em muitos casos, não há previsões de reabertura dos espaços, enquanto as dificuldades persistirem. “Estamos a fechar, não temos produtos para vender. Os

funcionários ficarão em casa até que consigamos ter no país os produtos”, lamenta um lojista, enquanto encerrava o estabelecimento na terça-feira, 9 de Junho. No centro, são comercializados produtos, particularmente, oriundos da China e, com as restrições no comércio internacional desde o primeiro trimestre, muitos não chegaram a fazer a reposição de stock.

Há, no entanto, algumas lojas que se mantêm abertas enquanto aguardam pela reposição dos produtos. Mas os proprietários alertam que podem fechar, caso as previsões de chegada de novos abastecimentos não se confirmem nos próximos meses. A loja Mini, por exemplo, comercializa habitualmente diversas marcas de telemóveis, mas actualmente

### Um cenário esperado

A situação por que passam os lojistas, entretanto, já tinha sido perspectivada, em Fevereiro, por Juan Shanga, académico e investigador do Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa. Ao VALOR estimou na ocasião que a partir de Março, os produtos chineses em Angola começariam a escassear, por causa das fábricas fechadas na China. Mas também pelo facto de os investidores chineses se recusarem a regressar a Angola, antes que seja declarado o fim da epidemia.

“Nesta altura, os negócios estão a correr bem porque grande parte dos empresários investem na importação e exportação e têm em armazém mercadoria suficiente para atender à demanda, mas, depois de três meses, poderá registar-se alguma dificuldade porque muitas fábricas não estão a produzir”, disse na altura. Estimou ainda que as exportações chinesas para África só deverão reiniciar em Agosto, perspectiva que, entretanto, deve ser refeita tendo em conta a tendência de surgimento de uma segunda onda de contaminação em algumas cidades chinesas.

tem apenas duas à venda.

Já a Welwitchia, uma das poucas que afirma estar “aliviada”, garante ter produtos para até ao fim do ano. A loja teve a ‘sorte’ de receber quantidades “consideráveis” de bens antes da decretação do estado de emergência, em Março. O mesmo ocorreu com várias lojas de venda de roupa usada.

### MEDO DO VÍRUS

Outra questão que preocupa os lojistas é a persistente falta de clientes, apesar do desconfinamento gradual. Antónia Sebastião, funcionária de uma loja, aponta o medo de contrair a covid-19 na base da pouca afluência ao centro comercial, embora assegure estarem criadas as condições de higienização. “Sempre tivemos muita movimentação aqui, talvez por isso as pessoas sintam receio de cá vir”, suspeita.

A lojista avança também que muitas lojas ainda não abriram desde o encerramento em Março, porque os funcionários aguardam pelo regresso dos patrões que se encontram na China, depois de terem viajado para a comemoração do ano novo chinês. Com a queda das vendas, há também lojistas que preferem não retomar a actividade, face aos considerados custos avultados.

# Como fazer reuniões virtuais bem-sucedidas



Mário Mujetes © VE

**TECNOLOGIA.** Reuniões à distância é uma tendência de trabalho que tomou o palco em tempo de pandemia e que veio para ficar. Mas é comum haver desvios, participantes distraídos e perda de produtividade. Minimise estes empecilhos seguindo estes passos:

**SEJA CONCISO E RESPEITE A AGENDA**

Defina e respeite os tópicos pré-definidos da reunião, e não inclua muitos para não tornar a reunião cansativa e dar azo a distrações. Os intervalos são importantes também porque a atenção humana ininterrupta é limitada. Reserve tempo para discussões em que todos podem participar.

**TENHA 'UM MESTRE DE CERIMÓNIAS'**

Se a função lhe parece desnecessária pense em todos os momentos em que terá utilidade, desde falhas tecnológicas, a

fazer carregamentos à medida que fala, a segurar a atenção dos participantes se precisar de interromper, ou medir a pulsação da sala virtual.

**FAÇA UM SUMÁRIO PARTILHADO DAS CONCLUSÕES**

É fácil terminar uma conferencia online de forma vaga. Evite isso através da definição de um timing específico para o fim, em que se revê os pontos da agenda e as resoluções objectivas distribuídas por participante para cada assunto abordado. Partilhe as notas da reunião com os participantes para que saibam todos o que fazer.

**USE VÍDEO**

A tecnologia está aí para ajudar e a imagem vale mais que mil palavras. A vídeo-conferência supera qualquer reunião só com som ou via telefónica porque é mais pessoal e ajuda os participantes a manterem-se envolvidos nos temas a abordar. A si, ajuda também a verificar o nível de atenção de todos.

**TENHA SEMPRE PLANO B**

Embora a vídeo-conferência seja preferencial, tenha sempre em aberto a possibilidade de participação via áudio, para o caso de haver qualquer falha na vídeo-conferencia, ou de necessitar de

inputs de alguém que não possa participar via vídeo.

**TESTAR AS LIGAÇÕES ANTES DA REUNIÃO**

Se tiver de esperar até que a ligação estabeleça ou que os participantes baixem a app necessária, perde tempo e também a atenção dos participantes na reunião. Prepare e teste toda a tecnologia necessária antes da reunião e assegure que se vê bem as caras dos participantes.

# Opiniões

## As trapalhadas no caso Candando



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico



**N**a semana passada, o Valor Económico esteve, mais uma vez, na “boca do mundo” por culpa de uma determinada

notícia. “Candando fecha metade das lojas e manda 1.000 para casa” é o título da matéria em causa. Era óbvio que existiriam muitas reacções, tendo em conta o impacto de mil novos desempregados.

Em princípio, a reacção do Governo, através do Ministério do Comércio e Indústria, foi positiva, ao ir ao encontro da administração da empresa detentora do Candando para inteirar-se da situação. Sinal de preocupação com a possibilidade de o exército de desempregados já existentes ganhar mais 1.000 efectivos.

No entanto, seguiram-se depois acções que colocam em causa a acção positiva inicial. Desde logo, o comunicado deste organismo, sugerindo que “a notícia não correspondia à verdade” sem ter feito referência a que a mesma surgiu de uma confirmação de Isabel dos Santos que, por sinal, é accionista maioritária da empresa.

Porque será que o Ministério ignorou este detalhe? Por simples intenção de manchar o nome do Valor Económico ou apenas estratégia para evitar que fosse Isabel dos Santos a reagir ao comunicando, reafirmando o cenário descrito pelo VALOR?

Outra possibilidade é a de o comunicado ter sido redigido por alguém que não leu o texto do VALOR ou, que se leu, fê-lo mal. Estas duas últimas hipóteses remetem-nos ao discurso do Presidente

da República por ocasião da posse do secretário de Estado para o Ensino secundário, Gildo Matias. João Lourenço salientou que muitos licenciados não sabem redigir uma redacção, não sabem escrever nem falar. É neste pacote que se pode enquadrar a razão da falha do comunicado do Ministério do Comércio e Indústria na eventualidade de o comunicado ter sido escrito por alguém que leu a notícia do VALOR.

Caso a falha tenha origem na não leitura do artigo, está-se em presença de uma situação mais grave do que as destacadas por João Lourenço. Infelizmente, o Presidente da República também não fez referência àquele que tem sido dos maiores problemas do país a falta de saber trabalhar, o saber estar, o querer fazer e bem.

Qualidades que, perante uma eventual necessidade de escolha, devem sobrepor-se à plástica do bem falar, salvo se se tratar de um especialista ou estudante de línguas. Por exemplo, entre ter um médico medíocre, mas bom falante e ter um médico muito bom, mas medíocre na fala não há dúvidas de que a escolha recai sobre o médico com défice na fala, mas isto nas sociedades normais.

Regressando ao Candando, o argumento do secretário de Estado foi outra mancha negra da novela. Como é possível um responsável

ministerial afirmar que o Governo está apenas preocupado com a protecção do emprego e não com as questões financeiras e de abastecimento da empresa, se as situações estão intrinsecamente ligadas?

Pela postura do secretário de Estado, não seria de duvidar se nos fosse dito que o Governo chegou ao encontro com o discurso: “Desenrasquem-se, mas não podem fechar nem despedir” e, sequencialmente, produziu o referido comunicado.

E a prova de que não houve consenso é o conteúdo do comunicado do Candando, contrariando a certeza de que não fecharão lojas dada pelo Ministério. Não só o Candando confirma as dificuldades impostas pelo arresto das contas de Isabel dos Santos e das suas empresas, como condiciona a manutenção de todos os empregos a apoios do Governo. Nomeadamente no acesso a crédito bonificado e no acesso a divisas para sanar os compromissos com o exterior. Portanto, ficou claro que, mais uma vez, o VALOR esteve bem.

Há mais. Também se levantou a possibilidade de o jornal ter sido usado por Isabel dos Santos para fazer chantagem ao Governo. Falso, pois a iniciativa de tratar do tema foi do jornal, depois de ter contacto com fotografias de prateleiras vazias tiradas em algumas lojas e foi preciso persistência e vários contactos para Isabel dos Santos aceitar falar.

## A continuidade contaminada pela covid-19



**Pedro Letra,**  
Associate Partner  
EY Assurance  
Services

**N**o início da nova década, poucas organizações esperavam enfrentar um desafio tão grande quanto o da nova pandemia de coronavírus (covid-19). Embora a possibilidade de uma pandemia global fosse considerada um risco para muitas organizações e países durante décadas, a covid-19 foi um choque para a sociedade, sistemas de saúde, empresas, economias e governos em todo o mundo. Talvez não seja exagerado dizer que nenhuma organização estava verdadeiramente preparada para os desafios que a covid-19 lhe impôs, de forma tão imediata e impactante, não obstante se reconhecer que algumas organizações, seja pela natureza das suas operações ou pelos investimentos efectuados (na transição para o digital, por exemplo), conseguiram, de alguma forma, adaptar-se mais rapidamente e implementar planos de contingência com maior efectividade.

As ameaças comerciais e económicas do surto de coronavírus continuam. A proibição de viagens foi imposta a milhões de pessoas e muitos países continuam com medidas de confinamento da sua população, impedindo o regresso à tão desejada normalidade. Muitas empresas estão a ser confrontadas com perdas significativas de receita, cadeias logísticas interrompidas, desafios de teletrabalho, entre muitos outros desafios que condicionam, de forma significativa, as actividades.

Em tempos sem precedentes, e reconhecendo que a saúde e a segurança das pessoas em todo o mundo são claramente a prioridade, existe necessidade de não desvalorizar, neste contexto, a necessidade de continuar a conferir transparência ao relato financeiro. Numa fase de inúmeros riscos e incertezas, existe

uma necessidade vital de informações confiáveis que permitam salvar a confiança dos stakeholders, sendo que a transparência do relato financeiro assume um papel fundamental neste contexto. Para o público em geral, a existência de consequências no relato financeiro das organizações em resultado do surto pandémico pode não ser evidente, no entanto, não devemos desvalorizar que há um papel importante e desafiador para aqueles que estão envolvidos no processo de preparação de demonstrações financeiras, nomeadamente para os comités de auditoria, conselhos fiscais e para os auditores. De entre outros, elencam-se cinco assuntos considerados prioritários ao nível do relato financeiro: continuidade das operações e liquidez; avaliação de imparidades; efeitos de modificações em contratos; mensurações de justo valor; e apoios governamentais.

Pela relevância, focamos aqui os assuntos relacionados com a continuidade e liquidez. Compreensivelmente, os accionistas e os órgãos de gestão interrogam-se sobre se as suas organizações dispõem da necessária resiliência para responder ao choque provocado pela pandemia, em particular se a estimativa de fluxos de caixa para os próximos 12 meses será suficiente para assegurar a continuidade dos negócios. Devido ao carácter imprevisível dos impactos potenciais, podem existir circunstâncias que indiquem a existência de uma ou mais incertezas significativas que podem colocar em causa a capacidade da empresa em continuar o curso normal de negócios. Se a empresa, contudo, prepara as demonstrações financeiras com base neste pressuposto de continuidade, a divulgação dessas incertezas afigura-se obrigatória. A dimensão em que estas considerações são necessárias e as conclusões dessa avaliação dependerão inevitavelmente das circunstâncias de cada caso, pois a situação afecta as empresas em diferentes formas e/ou extensão. Poderão ser necessários julgamentos significativos e uma actualização contínua das avaliações atendendo à natureza evolutiva dos efeitos da pandemia.

Vivemos tempos sem precedentes numa escala global. Um relato financeiro tempestivo e contendo divulgações apropriadas sobre os efeitos potenciais na posição financeira, no desempenho e viabilidade dos negócios, bem como as medidas adoptadas para gerir os riscos são importantes para recuperar a confiança nestes tempos de incerteza.

“Os sistemas nacionais de inovação precisam de ser reprojectados para orientar investimentos em novas tecnologias com vista a uma direcção mais favorável ao emprego.”

# Um contrato social pós-pandemia



**Stefane Stantcheva,**  
Professora de  
Economia da  
Universidade de  
Harvard



**Dani Rodrik,**  
Professor de  
Economia e Política  
Internacional da  
Universidade de  
Harvard

reformas mudariam substancialmente a maneira de operar das nossas economias. Mas não alteram basicamente a narrativa sobre como as economias de mercado deveriam funcionar; nem representam uma saída radical para a política económica. De uma maneira mais crítica, essas reformas suprimem o desafio principal que precisamos enfrentar: reorganizar a produção.

Os nossos principais problemas económicos – pobreza, desigualdade, exclusão e insegurança – têm muitas raízes. Mas são reproduzidos e reiterados diariamente no decorrer da produção, como um subproduto instantâneo das decisões das empresas com relação ao emprego, ao investimento e à inovação.

Na linguagem dos economistas, essas decisões estão repletas de ‘externalidades’: têm consequências que se espalham, além de outras pessoas, empresas e sectores da economia. As ‘externalidades’ podem ser positivas. Tomemos, como exemplo, os efeitos colaterais da pesquisa e desenvolvimento, que são suficientemente reconhecidos (e formam a lógica dos créditos tributários e outros subsídios públicos). As ‘externalidades’ negativas óbvias são a poluição ambiental e os efeitos das emissões de gases de efeito estufa.

Essas repercussões também incluem o que poderia ser chamada de ‘externalidade’ dos ‘bons empregos’. “Bons empregos” são aqueles que são relativamente estáveis, pagam o suficiente para sustentar um padrão de vida razoável com alguma segurança e poupança, garantem condições de trabalho seguras e oferecem oportunidades de progresso na carreira. As empresas que geram tais empregos contribuem para a vitalidade das suas comunidades.

Por outro lado, a falta de bons empregos acarreta altos custos sociais e políticos: famílias desfeitas, abuso de substâncias ilícitas e crimes, além de uma confiança

*A pandemia covid-19 acentuou grandes falhas na economia global, expondo profundamente as divisões e as desigualdades do mundo actual. Também multiplicou e ampliou as vozes daqueles que pediam reformas de longo alcance. Quando até a comunidade de Davos faz apelos por uma “redefinição global do capitalismo”, sabe-se que as mudanças estão em marcha.*

cada vez menor nos governos, em especialistas e em instituições, polarização partidária e populismo nacionalista. Também existem claras ineficiências económicas, uma vez que as tecnologias para aumentar a produtividade permanecem retidas em poucas empresas e não se espalham, contribuindo para o anémico crescimento dos salários em geral.

As decisões das empresas sobre quantos funcionários admitir, quanto pagar e como organizar o trabalho não afectam apenas os resultados. Quando uma empresa decide automatizar a linha de produção ou terceirizar parte da produção para outro país, a comunidade local sofre danos a longo prazo que não são ‘internalizados’ pelos gestores ou accionistas.

A suposição que está implícita de grande parte de nosso pensamento actual, bem como o

do modelo tradicional de estado de bem-estar social, é que ‘bons empregos’ da classe média estarão disponíveis para todos que possuam formação adequada. Nessa perspectiva, a estratégia apropriada para promover a inclusão é aquela que combina gastos com educação e formação, um sistema progressivo de impostos e transferências e seguro social contra riscos idiossincráticos, como desemprego, doenças e invalidez.

Actualmente a insegurança económica e a desigualdade são problemas estruturais. Tendências seculares em tecnologia e globalização ofuscam a importância da distribuição de empregos. Os resultados são mais empregos maus que não oferecem estabilidade, nem remuneração suficiente ou progressão na carreira, bem como mercados de trabalho permanentemente deprimidos fora dos principais centros metropolitanos.

Abordar esses problemas requer uma estratégia diferente que consiga enfrentar directamente a criação de bons empregos. O ónus deveria ser das empresas para internalizar os efeitos económicos e sociais que causam. Portanto, o sector produtivo precisa ser o ponto central da nova estratégia.

Por outras palavras, é preciso mudar o que produzimos, como produzimos e quem pode decidir. Isso requer não apenas novas políticas, mas também a reconfiguração das que já existem.

Políticas activas do mercado de trabalho, projectadas para aumentar as capacidades e a empregabilidade, deveriam ser ampliadas por meio de parcerias com empresas e direccionadas explicitamente à criação de ‘bons empregos’. As políticas industriais e regionais que actualmente se concentram em incentivos fiscais e subsídios ao investimento precisam ser substituídas por serviços e conveniências comerciais sob medida

para facilitar a máxima criação de emprego.

Os sistemas nacionais de inovação precisam de ser reprojectados para orientar investimentos em novas tecnologias com vista a uma direcção mais favorável ao emprego. As políticas para combater as mudanças climáticas, como o Acordo Verde Europeu, precisam de ser explicitamente vinculadas à criação de empregos nas comunidades mais atrasadas.

Uma nova ordem económica exige uma contrapartida explícita entre empresas privadas e autoridades públicas. Para prosperar, as empresas precisam de uma força de trabalho confiável e qualificada, boas infra-estruturas, um ecossistema de fornecedores e colaboradores, fácil acesso à tecnologia e um consistente regime de contratos e direitos de propriedade. A maioria é fornecida por acções públicas e colectivas, que são da responsabilidade do governo.

Por sua vez, os governos precisam que as empresas internalizem as várias externalidades sobre trabalho, investimento e inovação produzem nas comunidades e sociedades. As empresas devem cumprir a sua parte – não como uma questão de responsabilidade social corporativa, mas como parte de uma estrutura explícita de regulamentação e governança.

Acima de tudo, uma nova estratégia precisa de largar a tradicional divisão entre políticas pró-crescimento e as sociais. Um crescimento económico mais rápido exige a disseminação de novas tecnologias e oportunidades produtivas entre empresas menores e segmentos mais amplos da força de trabalho, em vez de limitar os benefícios a uma pequena elite. Melhores perspectivas de emprego reduzem a desigualdade e a insegurança económica mais do que apenas a redistribuição de impostos. Simplificando: as agendas sociais e de crescimento são a mesma coisa.

Existem tópicos comuns nas agendas políticas recentemente propostas: para preparar a força de trabalho para novas tecnologias, os governos precisam aprimorar os programas de educação e de formação e melhor integrá-los nos requisitos do mercado de trabalho. A protecção e o seguro social precisam de ser melhorados, especialmente para os trabalhadores da economia informal e em contratos de trabalho não convencionais.

De maneira mais ampla, o declínio do poder de negociação dos trabalhadores nas últimas décadas aponta para a necessidade de novas formas de diálogo e cooperação entre empregadores e empregados. Uma tributação progressiva melhor desenhada deve ser implementada para atender à crescente desigualdade nos rendimentos. As políticas anti-monopólio precisam ser revigoradas para garantir maior concorrência, principalmente nas plataformas da comunicação social e das novas tecnologias. As mudanças climáticas precisam de ser encaradas de frente. E os governos devem desempenhar um papel maior na promoção das novas tecnologias digitais e ‘verdes’.

Adoptadas em conjunto, estas



# Jornal Valor económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Edição 212 Partilhas 237 Likes 675

**A capa e os temas da edição 212 do Valor Económico reuniram esta semana mais de 10 mil interacções entre comentários, partilhas e reacções. O tema mais comentado na página do Facebook do jornal foi a crise nas lojas Candando que ameaça encerrar metade das lojas e mandar 1000 funcionários para o desemprego de acordo com a accionista maioritária Isabel dos Santos.**

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Ramiro Matias** Mas afinal o Candando não estava sob a gestão do estado depois de ter sido arrestada a Isabel dos Santos em Janeiro?



**Izequiel Calama Gaieta Gaieta** Quando se fez o arresto das empresas de IS em meio da euforia não se pensou nas consequências. Agora estão aí a vista enquanto o litígio em tribunal pode durar anos.



**Lucas Felindo Luís Jaime** Triste situação. Enquanto que o dinheiro público é desviado e posto a circular noutros países. Que tipo de governo é esse?



**Paula Maneira Santos** Acham certo isso. A darem cabo das poucas empresas que temos por rixas?



**Miguel Miguel** Paula Maneira Santos isso é o resultado de termos governantes sem formação.



**Telmo Almeida** E a dona comprou uma casa de milhões na Inglaterra que até já arranhou maka



**Neguxo Negas** Telmo Almeida pois! Mas a precipitação dos nossos governantes, principalmente do Presidente e do PGR que fizeram deste assunto pessoal, forçando até Portugal a colaborar de uma forma vergonhosa. Aí está o resultado



**Rodrigues Filipe** Nada mal, pra um governo tolo, tá tudo bem. Viva combate a corrupção



**Lufeara Araujo** Quando o JLo prometeu criar 500 mil empregos nós entendemos mal. Ele na verdade prometeu criar condições para eliminar empresas e consequentemente empregos.



**Nelo CF** Contando com os mais 1.600 funcionários do BPC que irão pra rua nos próximos dias, meses ou ano e as demais empresas que irão encerrar alguns sectores e outras fecharem mesmo as portas na totalidade o número de desemprego poderá crescer ainda mais. E é de salientar que ainda têm a promessa dos 500 mil empregos por se cumprir até ao final de 2022.



**Waldemar De Fontes Pereira d'Orey** O modelo do Candando não é sustentável. Não iria funcionar nas lojas pequenas e nas lojas maiores é só uma questão de tempo.



**Cruz Madalena** Estado está falido... tristeza



**Domingos Conceição Teta Dembo** Cruz Madalena, com certeza agora é que veremos o quão é competente a máquina que governa Angola caso contrário grandes batoteiros desmascarados e seu crédito histórico será o lixo.



**Manuel Joaquim Joaquim Joaquim** Despedem 1.000 e os mil também mandam as empregadas das suas casas para rua meu Deus



**Augusto Balança Mário Mário** Emprego em causa, esta mal. Estes governantes tem coragem de deixar aquele mostro desabar....



**Ave Lino Avelino** Nada tem a ver com a Covid-19. Este é um assunto ligado a #crise macroeconómica do país: improdutividade, inflação, desvalorização do kwanza e perda do poder de compra dos consumidores. #Resultado: empresas falidas e desemprego crescente. Crise=Problema

O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Covid-19

DEPOIS DE RETOMADAS AS VIAGENS

## UE lança site sobre fronteiras

A Comissão Europeia lançou uma plataforma 'online' com informação em tempo real sobre fronteiras, meios de transporte e serviços turísticos nos Estados-membros, numa altura em que são retomadas viagens no espaço comunitário.

Denominado Re-open EU (Reabertura da União Europeia), o site visa "apoiar o relançamento seguro das viagens e do turismo", ao disponibilizar "informação em tempo real sobre as fronteiras e os meios de transporte e serviços turísticos disponíveis nos Estados-membros".

Tendo por base informações práticas fornecidas pelos países da União Europeia (UE), este 'site' indica questões sobre as restrições às viagens, a saúde pública e as medidas de segurança, tais como o distanciamento físico ou o uso de máscaras, e outras informações úteis sobre a oferta turística a nível nacional e europeu. "Isto permitirá aos cidadãos europeus tomar decisões responsáveis e bem informadas sobre a forma de gerir os actuais riscos relacionados com o novo coronavírus aquando do planeamento das férias e viagens para este verão e meses seguintes", argumenta a Comissão Europeia.



POR CAUSA DA PANDEMIA

## Museus reabrem sob "rígidas medidas" de biossegurança

Os museus estão a ser reabertos sob "rígidas medidas" de biossegurança, como higienização das mãos à entrada e limitação da capacidade das salas a 50%, para conter a propagação da covid-19. Segundo a museóloga Soraia Ferreira, técnica superior do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, os museus começaram a reabrir e o processo é condicionado pelas regras de segurança que passam por "hábitos novos".

Soraia Ferreira, antiga directora nacional dos Museus, referiu igualmente que o departamento ministerial vai também implementar medidas de higienização dos calçados dos visitantes colocando, à porta, um tapete com água e lixívia. "E vamos trabalhar desta forma, respeitando todas as regras para que não coloquemos em risco nem os técnicos, nem os visitantes dos nossos museus", adiantou.



DESDE O FECHO DAS FRONTEIRAS

## Espanha recebe primeiros turistas estrangeiros

A Espanha recebeu, a 15 de Junho, os primeiros turistas estrangeiros desde que as fronteiras foram fechadas há três meses, devido à pandemia da covid-19. Partiram de Dusseldorf (Alemanha) e aterraram no aeroporto de Palma de Maiorca.

No voo fretado pelo operador turístico TUI, chegaram 189 passageiros, dos quais cerca de 20 são jornalistas. O resto da comitiva é de um grupo de turistas alemães, que iniciam a temporada de verão no quadro de um projecto-piloto que adianta seis dias à abertura oficial das fronteiras.

É o primeiro de um conjunto de 47 voos autorizados pelo Ministério da Saúde espanhol para os aeroportos de Maiorca, Ibiza e Menorca até 30 de Junho e que fazem parte do plano de relançamento do turismo em segurança no país.

A decisão do governo espanhol de antecipar a reabertura das fronteiras ao turismo para 21 de Junho, o próximo domingo, leva a que a duração do projecto seja agora de apenas uma semana, sendo seis os voos programados para estes primeiros dias – cinco em Maiorca e um em Ibiza –, já que os outros 41 voos já estavam programados para começar no próximo domingo.

O projecto piloto está previsto para um máximo de 10,9% turistas dos aeroportos alemães de Dusseldorf, Frankfurt, Hamburgo, Hannover e Stuttgart, e foi negociado com os operadores turísticos TUI, DER Touristik e Schauinsland-Reisen, assim como os hotéis do arquipélago das Baleares (Mediterrâneo).

Os alojamentos para estes turistas foram equipados com medidas de segurança, equipados com informações e cartazes para encorajar os hóspedes a seguir as recomendações de saúde, e com pessoal especialmente treinado.

SEGUNDO OMS

## Sistema de saúde no Brasil está a responder

A Organização Mundial de Saúde (OMS) expressou preocupação com a capacidade do Brasil de gerir o surgimento de novos casos de covid-19, mas indicou que, até agora, o sistema de saúde está a conseguir responder à situação.

O director do programa de Emergências Sanitárias da OMS, Michael Ryan, disse que algumas das 27 unidades federativas do Brasil "exercem bastante pressão sobre o sistema de cuidados intensivos", com alguns locais em "estágio crítico".

"Sim, a situação no Brasil é preocupante. Todas as 27 áreas estão afectadas. Há diferentes taxas de transmissão, 'hotspots' [pontos quentes] em áreas de alta densidade populacional", afirmou Ryan.

Segundo a Universidade John Hopkins, o Brasil aproxima-se das 41 mil mortes e totaliza mais 800 mil casos confirmados de covid-19, sendo o segundo país do mundo com maior número de infectados, depois dos Estados Unidos da América.

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, um dos líderes mais cépticos em relação à pandemia provocada pelo novo coronavírus, chegou a classificar de "absurdas" as medidas de isolamento social adoptadas pelos governadores e vem apelando, diariamente, à reabertura da economia.



**DEZ NOVAS ÁREAS** residenciais foram colocadas em quarentena, em Pequim, desde segunda-feira, 15, depois de a capital chinesa ter detectado 36 novos casos de infecção pelo novo coronavírus nas 24 horas anteriores.

A PARTIR DE LUANDA

# Viagens regressam no final do mês

As viagens de e para o estrangeiro, a partir de Luanda, têm início a 30 de Junho e são sujeitas às confirmações das autoridades sanitárias, sendo obrigatório o teste de covid-19 oito dias antes da data da viagem.

Segundo um decreto executivo, o teste de covid-19 deve ser administrado por entidades devidamente certificadas pela autoridade de saúde do país de origem.

A frequência dos voos a realizar dependerá dos acordos de serviços aéreos que vierem a ser acordados entre as autoridades de Aviação Civil de Angola e dos Estados envolvidos, estabelecidos em regulamento próprio a ser emitido pela Autoridades Nacional da Aviação Civil.

O documento estabelece que a opção da quarentena institucional em centro público ou numa unidade

hoteleira para o efeito é definida aquando do agendamento da viagem e poderá estar sujeita à confirmação pelas autoridades sanitárias, caso o passageiro opte por hospedar-se numa unidade hoteleira.

Para os passageiros que regressam ao país, é obrigatória a quarentena institucional de 14 dias, sendo o Ministério da Saúde o responsável pelo cumprimento da quarentena e

realização do teste nos Centros de Quarentena Institucional, sem custos para o passageiro, em função da capacidade disponível. “Caso não exista capacidade de acolhimento, os passageiros devem, sob sua responsabilidade e custos próprios, efectuar o período de quarentena nas unidades hoteleiras previamente aprovadas pelo Ministério da Saúde”, sublinha o documento.



## FITCH AVISA

**Angola em recessão terá de pagar USD 5 mil milhões de dívida**

A agência de notação financeira Fitch Ratings declarou que Angola deverá ter de pagar cerca de cinco mil milhões de dólares este ano em pagamentos de dívida pública, representando mais de 60% da receita do Governo.

De acordo com o relatório da agência, enviado aos investidores e citado pela Lusa, “apesar do ajustamento orçamental em curso, a depreciação das reservas estrangeiras e o aumento dos custos de financiamento aumentaram o rácio da dívida sobre o PIB para bem acima da classificação média de B”, o ‘rating’ atribuído a Angola. “O choque do novo coronavírus vai exercer ainda mais pressão sobre as finanças públicas em 2020”, dizem os analistas. Estima que Angola deverá chegar a acordo com os credores oficiais bilaterais sobre a reestruturação da dívida.



## MAIS DE 8 TONELADAS

**Cabo Verde usou álcool da indústria de bebidas para produzir álcool gel**

As autoridades cabo-verdianas recorreram a 8,5 toneladas de álcool etílico da indústria de bebidas para garantir a produção de álcool gel, necessário para a higienização e prevenção da covid-19.

De acordo com o relatório sobre a execução e medidas aplicadas durante o estado de emergência, que vigorou, de forma diferenciada, por ilhas, de 29 de Março a 29 de Maio, para conter a pandemia, a aquisição destas quantidades de álcool etílico foi coordenada pela Inspeção-Geral das Actividades Económicas (Igae).

Durante o período de estado de emergência, a Igae apoiou a Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos (Emprofac) na aquisição de 8,5 toneladas de álcool etílico 96% “que estavam disponíveis nas indústrias alimentares para a produção de bebidas”, face à “ruptura de produção” de álcool gel e álcool desinfetante por parte da também empresa estatal Inpharma. “Destas 8,5 toneladas, duas estavam presas desde 2015 e foi solicitado ao Ministério Público a sua libertação para a Emprofac, pagando este pelo preço a que foi adquirido”, lê-se no relatório.

## PARA COMBATE À COVID-19

**Portugal entrega material de biossegurança e medicamentos a Angola**

O embaixador português em Angola procedeu à entrega às autoridades angolanas de material de biossegurança e medicamentos contra a covid-19, num acto que substituiu a tradicional festa de comemoração do Dia de Portugal, cancelada devido à pandemia.

Pedro Pessoa e Costa frisou, na intervenção, que a festa teve de “ser obrigatoriamente celebrada de uma maneira diferente, porque diferentes também são os tempos que se vivem”. “A tradicional recepção que esta embaixada faz anualmente e que constitui um encontro fraterno entre portugueses, luso-angolanos e angolanos e a comunidade internacional, que partilham afectos, amizade de séculos, este ano é celebrada de uma maneira diferente, num verdadeiro esforço de retribuir um pouco o tanto que Angola nos tem dado”.

O diplomata, em início de função, realçou que, de forma simbólica, “os mais de mil convidados anualmente para a festa de Portugal, este ano, estão representados por máscaras, medicamentos e equipamentos de biossegurança”.

“Recém-chegado que sou a Angola, para mim, é muito mais gratificante ser portador desta mensagem que é concretizada em bens, que são necessários para tantos e para todos os angolanos, para todos nós que acreditamos que este momento vai ser ultrapassado, é muito mais gratificante que meras palavras protocolares”, afirmou.



# Ambiente

## Nações Unidas alertam para a necessidade de proteger pradarias marinhas

**OCEANOS.** Relatório identifica como principais ameaças à sobrevivência das grandes planícies os escoamentos urbanos, industriais e agrícolas, o desenvolvimento costeiro, as dragagens, a pesca não regulamentada, as actividades náuticas e as alterações climáticas.



Relatório refere que estes ecossistemas, que continuam em declínio, são “eficazes soluções naturais para o combate às alterações climáticas”.

Por Redação

As Nações Unidas alertam para a necessidade de protecção das pradarias marinhas e alertam que, desde os finais do século XIX, quase 30% da área conhecida destes ecossistemas no mundo desapareceu.

A importância das pradarias de ervas marinhas e a necessidade de as proteger são o foco de um novo alerta das Nações Unidas, que referem, num relatório, que estes ecossistemas, que

continuam em declínio, são “eficazes soluções naturais para o combate às alterações climáticas e contribuem para o sustento de comunidades afectadas por factores de stress como a actual pandemia da covid-19”.

O novo relatório, ‘Out of the Blue: The Value of Seagrasses to the Environment and to People’, publicado pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em colaboração com o centro GRID-Arendal e o World Conservation Monitoring Centre das Nações Unidas, mostra que, apesar de cobrirem apenas 0,1% do fundo dos oceanos, as pradarias marinhas são importantes sequestradores de carbono, armazenando até 18%

### MEMORIZE

- A conservação e restauração das pradarias marinhas pode contribuir para alcançar até 10 dos objectivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, bem como os objectivos do Acordo de Paris e da Convenção sobre Diversidade Biológica.

do carbono dos oceanos de todo o mundo.

O relatório identifica como principais ameaças à sua sobrevivência os escoamentos urbanos, industriais e agrícolas, o desenvolvimento costeiro, as

dragagens, a pesca não regulamentada, as actividades náuticas e as alterações climáticas.

“Manter a saúde dos ecossistemas de ervas marinhas – que fornecem alimentos e meios de subsistência a centenas de milhões de pessoas, apoiam a biodiversidade e constituem uma das reservas de carbono mais eficientes do planeta – é importante para uma vida marinha e humana saudável em todo o mundo”, afirma Susan Gardner, directora da divisão de ecossistemas das Nações Unidas, que lembra que “as ervas marinhas representam soluções poderosas baseadas na natureza no combate às alterações climáticas e no desenvolvimento sustentável”.

LUNDA-SUL

## Faltam fiscais ambientais

A Lunda-Sul não dispõe de fiscais ambientais para combater a caça furtiva, exploração ilegal de carvão, madeira, abate de árvores e queimadas anárquicas. A informação foi avançada pelo director do Gabinete Provincial do Ambiente e Resíduos Sólidos, Carlos Ferreira, que estima serem necessários, para combater estes fenómenos, 500 fiscais ambientais.

Em declarações à Angop, o responsável garantiu que, face a esta situação, o gabinete gizou um plano de formação de formadores para os quatro municípios (Saurimo, Muconda, Cacolo e Dala), com vista a formar 500 fiscais, um plano que tem sido condicionado pela pandemia da covid-19.

Segundo Carlos Ferreira, tão logo seja ultrapassada ou minimizada a actual situação epidemiológica, a prioridade será a formação dos técnicos, tendo em conta o índice de caça furtiva e queimadas anárquicas, que colocam em risco a biodiversidade.

### ASSOREAMENTO

Outra preocupação de Carlos Ferreira é o rio Muangueni, em Saurimo, que não é desassoreado há mais de 10 anos e, sobretudo na época chuvosa, tem criado muitos transtornos à circulação rodoviária pelo facto transbordar e impedir a passagem na estrada nacional 180, que liga Lunda-Sul à Lunda Norte.



# Marcas & Estilos



## Deixe-se respirar

Torne a oxigenação do vinho num belo processo com este decantador da Modena. Excelentemente elaborado em vidro, é uma maneira incomum e única de preparar rapidamente a sua bebida preferida.



## Com tudo

Delicado, mas ousado, o colar da Globe apresenta um design indistinto que ilustra todos os países do mundo. É um lembrete constante para continuar a explorar sempre. O colar está preso a uma fina corrente, tornando-o num acessório perfeito para qualquer roupa.

## AGENDA

### MUNDO

#### DESDE 8 DE JUNHO

Estão reabertos os museus, teatros, monumentos e estabelecimentos similares e também podem ser realizadas feiras de cultura e exposições.

#### 18 DE JUNHO

Concerto de Dino Ferraz em 'Live Stream', no Memorial Agostinho Neto, às 18h30.

#### 21 DE JUNHO

Moda Luanda virtual 2020. Num evento único e inovador organizado pela Step.

#### 31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

## LIVROS



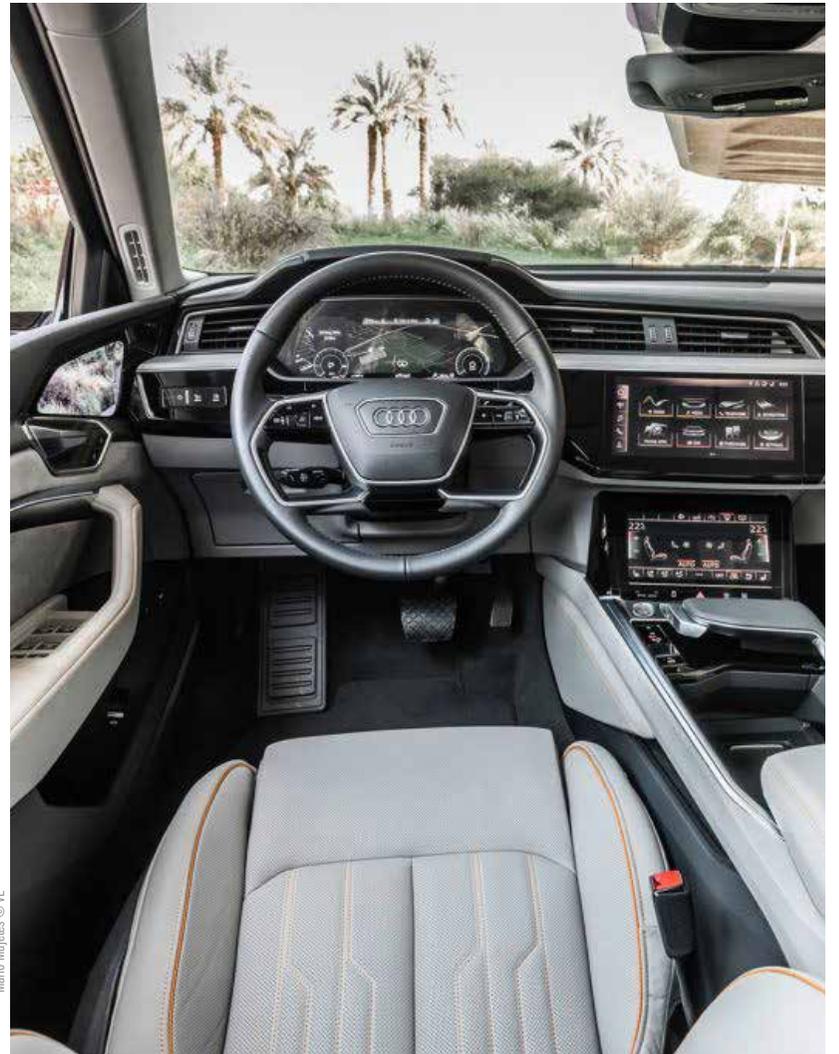
### A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER

de Milan Kundera, é seguramente um dos romances míticos do século XX, uma daquelas obras raras que alteram o modo como toda uma geração encara o mundo que a rodeia.



### EM 'ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA'

de José Saramago, um homem fica cego, inexplicavelmente, quando se encontra no carro no meio do trânsito. A cegueira alastra como «um rastilho de pólvora». Uma cegueira colectiva. Um romance contundente.



## AUTOMÓVEL

### Indiferente? Impossível!

Com tracção integral eléctrica, potência total do sistema até 408 cavalos, a marca alemã dispõe de autonomia de até 446 km que proporcionam performances e comportamento dinâmico muito ágil. O novo Audi e-tron Sportback reserva-lhe o prazer de conduzir com verdadeiras emoções. É a reinterpretação do design de um turismo que combina um estilo desportivo com versatilidade para uma utilização quotidiana e soluções tecnológicas que não deixam ninguém indiferente.



## TURISMO

### Imponência e graciosidade

Apesar de estar entre as capitais menos procuradas da Europa, Bucareste, a capital da Roménia, tem particularidades marcadas pela junção do clássico com o moderno. Por aqui, há construções imponentes e praças graciosas, que pedem uma atenção maior do visitante. Em meio a edifícios melancólicos, a cidade luta bravamente para sobrepor o passado comunista, cujo regime é considerado um dos mais sangrentos da história dessa ideologia no Leste Europeu. Hoje, a cidade vive um crescimento cultural nítido. Caminhar pelas ruas é ter a certeza de se deparar com uma gastronomia única, boas atracções e moradores extremamente solícitos.

## NÚMEROS DA SEMANA

1,7

Mil milhões de kwanzas, limite que os administradores municipais vão agora autorizar para despesas contra o anterior limite de mil milhões de kwanzas, de acordo com as novas regras de execução orçamental.

75

Mil euros é o financiamento de que uma fábrica de vinho tinto, propriedade da fazenda 'Simão Cruz', precisa para engarrafar a bebida.

2.700

Número de angolanos que aguardam pelo regresso ao país, segundo indica o relatório das actividades realizadas para o controlo da pandemia.

26,1

Mil milhões de kwanzas, é o valor que o BNA desembolsou até 5 de Junho para a compra de títulos de tesouro de 41 empresas, segundo a instituição.

## PR aprova 44 milhões USD para construção da sede da CNE

O Presidente da República autoriza a contratação do grupo Mitreli, escolhido pelo método de contratação simplificada para a empreitada de construção do edifício sede da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e do Centro de Escrutínio Nacional, avaliada em mais de 44,7 milhões de dólares. As referidas infra-estruturas serão construídas nas instalações da antiga fábrica de refrigerantes Mission, localizada nos Coqueiros, em Luanda, segundo um despacho anterior do Presidente da República. Nesta ocasião, João Lourenço orientava a ministra das Finanças a realizar despesas de indemnização a favor do gestor do imóvel, sociedade de refrigerantes de Angola, justificando a decisão com o interesse legítimo de reverter, sem quaisquer ónus e encargos, a posse do imóvel que, há vários anos, tinha sido cedido à referida empresa para gestão. Entretanto, o espaço está transformado, desde Abril de 2018, em galeria de artes visuais, a Jahmek Contemporary. No Orçamento Geral do Estado de 2014 estava cabimentada mais de 600 milhões de kwanzas (estimado na altura em seis milhões de dólares) para a construção da futura sede do CNE. Na altura, já se dizia que a mesma estaria localizada nos arredores da cidade alta, numa zona do perímetro do Hotel Baía e o Mausoléu Dr. António Agostinho Neto. E é também nestes arredores onde se encontram as instalações da antiga fábrica de refrigerantes.



Mário Mujetes © VE



Mário Mujetes © VE

## Isabel dos Santos volta a ter direito de voto na NOS

Isabel dos Santos vai poder votar na assembleia-geral da NOS, prevista para quinta-feira, 19.06; depois de o Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa levantar o arresto da empresária nesta empresa.

A empresária, acionista da NOS através da participação da ZOPT, estava impedida de exercer o seu direito devido à decisão de arresto tomada pelo tribunal em Abril.

O levantamento foi anunciado pela NOS, em comunicado emitido na segunda-feira, 15.06, à CMVM. “No

passado dia 12 de junho de 2020, foi a ZOPT notificada do despacho proferido pelo Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa, que a autoriza a exercer o direito de voto correspondente aos 26.075% do capital social da NOS preventivamente arrestados à ordem do referido Tribunal”.

Como a ZOPT, que possui 52,15% do capital da NOS, é detida em partes iguais pela Sonaecom e por Isabel dos Santos, com o congelamento dos seus bens Isabel dos Santos perdeu controlo temporário dos seus 26% de direito de voto.

## Lapidação de diamantes

Diamantino de Azevedo, ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás revelou, segunda-feira, que o sector está a organizar a exploração semi-industrial e a criar um sistema de comercialização de diamantes, “robusto, transparente e de cariz internacional”. Ao mesmo tempo, que se projecta, “o aumento da produção, lapidação das pedras e diminuição do garimpo”.

Discursando na cerimónia de

apresentação do Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, província da Lunda Sul, o ministro insistiu que “é intenção do Executivo fomentar o surgimento de mais fábricas de lapidação, principalmente nas províncias produtoras de diamantes”.

O país conta actualmente com quatro fábricas de lapidação de diamantes, todas em Luanda, o pólo de Saurimo, orçado em 77 milhões USD, cuja conclusão está prevista para Novembro, deve congrega mais quatro fábricas de lapidação.